

São Simão (GO): Território Negligenciado, Memória Persistente

São Simão (GO): Neglected Territory, Enduring Memory

Nícolas Siqueira da Silva 1

Evaldo Gonçalves Silva 2

Jefferson Carlos Sanches de Faria 3

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa analisa os impactos simbólicos, sociais e espaciais da construção da Usina Hidrelétrica de São Simão (GO), com base no documentário *São Simão, Adeus* (1977) e em uma abordagem hermenêutica. A partir dos conceitos de território usado e, sobretudo, de território negligenciado, investiga-se a produção de ausências e o apagamento de paisagens vividas, ainda presentes na memória coletiva.

Palavras-chave: formação territorial; deslocamento forçado; São Simão (GO);

Narramos a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem documental e interpretativa, nos apoiando na análise de fontes bibliográficas, cartográficas e do documentário *São Simão, Adeus* (1977), da série Brasileira. Essa obra audiovisual constitui registro das transformações territoriais ocorridas no município de São Simão (GO) durante a construção da Usina Hidrelétrica. A partir das vivências de um dos autores como morador da cidade, adotamos uma perspectiva hermenêutica voltada à compreensão dos significados atribuídos ao espaço ao longo de cinco décadas de mudanças.

O objetivo deste estudo é investigar os impactos simbólicos, sociais e espaciais gerados pela implantação da Usina Hidrelétrica de São Simão. Para isso, mobiliza-se o documentário como fonte histórica, associando-o à cartografia do território e aos conceitos de "território usado" e, sobretudo, de "território negligenciado", conforme formulados por Milton Santos. Tais conceitos orientam a análise crítica de um território que foi integralmente alagado, evidenciando como paisagens de relevância social, cultural e ambiental foram apagadas tanto do mapa físico quanto do imaginário oficial. Ainda assim, essas paisagens persistem na memória da comunidade, revelando a resistência dos sentidos atribuídos a um lugar que, embora invisibilizado institucionalmente, permanece vivo na identidade de antigos habitantes.

O passado e o presente

Nesse contexto, o "Adeus" evoca profundidade de sentimentos associados à despedida, à partida e à transformação. Quase cinco décadas atrás, em 1977, essa expressão ganhou corpo no terceiro curta-metragem da Série Brasileira, intitulado *São Simão, Adeus*. A produção, de caráter informativo, oferece um recorte histórico do processo de desenvolvimento do território do município de São Simão, localizado no extremo sudoeste de Goiás. Sua origem remonta à década de 1930, com a chegada de garimpeiros e pescadores às margens esquerdas do rio Paranaíba — então conhecido como "Rio Ruim" na nomenclatura indígena tupi, conforme destaca Floriano (2000).

Naquele trecho do rio, destacavam-se imponentes paredões rochosos com até 50 metros de altura, que delimitavam um estreito espaço de aproximadamente 40 metros de largura, segundo o mesmo autor. Essas formações naturais constituíam uma fronteira física entre os estados de Goiás e Minas Gerais, moldada por uma fenda geológica no basalto. Essa ravina, que se estendia por cerca de cinco quilômetros ao longo do rio Paranaíba, ficou conhecida como o "Canal de São Simão" — referência que mais tarde deu origem ao gentílico "canelense".

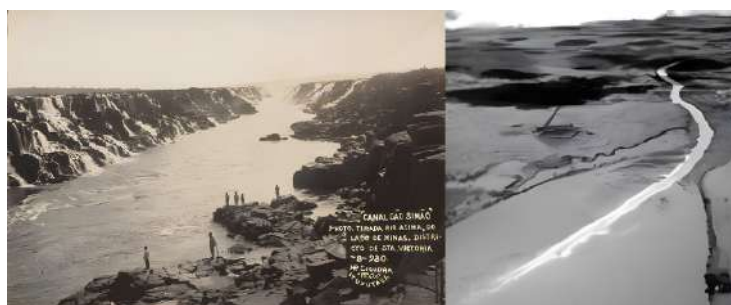


Figura 1 – Canal de São Simão: SÃO SIMÃO GO (s.d.)

“As cachoeiras se sucedem em ambos os lados do canal numa extensão de dois quilômetros, formando um espetáculo único, constantemente renovado conforme as cheias e as vazantes do rio. A origem do canal de São Simão oferece um desafio ao conhecimento dos geólogos. O basalto é a rocha predominante da região. A infiltração de água pelas frestas das rochas durante milhões de anos acabou talhando as formas quase geométricas que caracterizam o canal” (Brasiliana,1977)

Para unir as margens, foi construída ponte, inaugurada em 28 de outubro de 1935, data que coincidiu com a celebração de São Simão, o “Zelote”, que se tornou o padroeiro do povoado, emprestando não apenas sua devoção, mas também seu nome à localidade. Em 1957, o povoado do Canal de São Simão foi reconhecido como distrito de Paranaiguara. No ano subsequente, em 1958, foi elevado à categoria de município, nomeado de São Simão. A ponte, que simbolizava o primeiro olhar do Estado sobre a localidade isolada e previamente inacessível, se tornava símbolo da conexão e do desenvolvimento. (Floriano, 2000).

A exploração do potencial turístico ou a extração organizada das suas riquezas minerais não interessou o Estado, que na década de 1960, escolheu o local para “receber” as “bênçãos” do progresso na forma de geração de eletricidade a partir do sacrifício do correr das águas, das areias brancas, do “São Simão Velho”, termo cunhado pelos moradores para referir-se ao lugar que daria lugar ao Lago Azul, com área inundada de 722 km² (SPIC BRASIL, 2024), o que corresponde a cerca da metade da área do Parque Nacional das Emas – o maior parque nacional localizado no estado de Goiás (ICMBio, 2024).

Em 1975, a nova sede do município foi oficialmente inaugurada, e ficou conhecida popularmente como o “São Simão Novo”, uma cidade com um projeto urbanístico que colocava em posição privilegiada na região, contando inclusive com pista de pouso para aviões de grande porte.

Mario Kuperman imortaliza visões divergentes do passado em Brasiliana (1977). No documentário aparece pela última vez a beleza do canal de São Simão: “Eu ouvi dizer que vão ser inundadas 6 mil alqueires de terras de primeira, de cultura, terras ótimas. Eu deixaria para outro local, estudaria outra posição para a construção dessa usina. Por que, Ratão? Porque o canal em si é uma maravilha, é uma dádiva da natureza, que Deus nos deu.”(Brasiliana,1977)

Outra pessoa entrevistada no documentário, traz uma imagem positiva da construção da Usina “E ela trará, sem dúvida, outros benefícios, porque vai ficar mais bonito, né? Pode ser transformado, inclusive, numa região turística. Não é isso? Ser aproveitado esse lago para turismo e pode ser uma economia para o município, sem dúvida.” (Brasiliana,1977). Por fim, destacamos também a possibilidade da construção em uma outra localidade “Podia construir por lá de cima, com extensão muito grande para baixo, não seria melhor? Eu achava que seria melhor disso. Mesmo nós precisamos”. (Brasiliana,1977)

Entretanto, ao observarmos o cenário atual em abril de 2025, como se encontra o “São Simão Novo”? As usinas nucleares substituíram a Usina Hidrelétrica? O rio retomou seu fluxo natural? E o progresso, de fato, abraçou os ribeirinhos, garimpeiros e camponeses? Embora o Brasil tenha investido na construção de usinas nucleares, a Usina Hidrelétrica de São Simão, inaugurada em 1978, continua simbolizando a força do modelo hidrelétrico nacional ao transformar o curso do rio Paranaíba em eletricidade.

No entanto, uma das mais marcantes contradições desse modelo energético é evidenciada na própria cidade que abriga a usina. Durante duas décadas após sua inauguração, São Simão conviveu com frequentes apagões e um sistema de fornecimento de energia precário. Isso se explica pelo fato de a usina hidrelétrica estar sob a operação da Cemig, enquanto a distribuição de energia local era responsabilidade da Companhia Energética de Goiás (CELG), que não recebia diretamente a energia gerada ali. Foi apenas com a implementação do Sistema Interligado Nacional (SIN), em 1998, que a produção e a distribuição elétrica começaram a ser integradas em escala nacional, ainda que assimetrias no acesso permaneçam.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, centrada na análise de fontes bibliográficas, históricas, cartográficas e audiovisuais. Parte-se do entendimento de que o território é uma construção social, apropriada de forma diferenciada por distintos sujeitos e interesses. A investigação fundamenta-se nos aportes teóricos de Milton Santos, Fernandes (1998), Floriano (2000), Chaveiro (2020), entre outros, especialmente na discussão dos conceitos de uso e não uso do território, território negligenciado e paisagem como expressão de vivência e memória.

A análise documental tem como eixo o documentário Adeus São Simão (1975), pertencente à série Brasileira, que reúne depoimentos de moradores impactados pela mudança forçada da cidade. O filme constitui uma fonte histórica audiovisual que registra os impactos sociais e simbólicos da perda do território vivido.

A produção cartográfica foi realizada no Laboratório de Geoinformação da Universidade Federal de Jataí, com o objetivo de evidenciar o deslocamento da sede urbana de São Simão (GO), provocado pelo alagamento decorrente da construção da usina hidrelétrica. A cartografia produzida aponta tanto a localização original da cidade quanto sua posição atual após a realocação, permitindo uma leitura visual das transformações espaciais ocorridas ao longo de cinco décadas.

A base conceitual da pesquisa apoia-se na categoria analítica “território usado”, elaborada por Milton Santos (Santos e Silveira, 2001), que compreende o território como espaço apropriado, carregado de relações sociais, técnicas e simbólicas. Segundo Chaveiro (2020, p. 3), “a categoria território se faz presente na empreitada analítica, pois ela explicita quem domina, apropria e ideologiza o Cerrado”.

O território, nessa perspectiva, é mais do que suporte físico: é o resultado da articulação entre técnica, trabalho, informação e poder. Essa noção permite refletir sobre os contrastes entre o território efetivamente vivido pelas populações locais e aquele moldado pelas intervenções estatais e interesses econômicos. Nesse sentido, o estudo evidencia como determinadas áreas, embora densamente significativas para as comunidades, são desconsideradas na lógica dominante de planejamento e desenvolvimento, tornando-se territórios negligenciados.

A partir dessa concepção, também é possível refletir sobre aquilo que, sob determinadas lógicas, é classificado como “território não usado” ou negligenciado. Essa ideia não significa ausência de atividade, mas sim não integração aos usos considerados relevantes pelos atores dominantes, como o Estado ou o capital. Esse “não uso” é, frequentemente, uma negação imposta — resultado de escolhas políticas, econômicas e tecnológicas que priorizam certos interesses em detrimento de outros.

As terras alagadas por hidrelétricas exemplifica essa lógica. Quando grandes barragens são construídas, extensas áreas são submersas para formar reservatórios. O uso anterior — agrícola, comunitário, simbólico — é interrompido, e os antigos habitantes, como populações ribeirinhas, indígenas e camponesas, são desterritorializados. O que antes era espaço de vida, de pertencimento e de identidade torna-se espaço inacessível e inabitável para esses grupos, configurando uma forma de não uso forçado.

Paradoxalmente, esse território alagado passa a ser considerado como “usado” do ponto de vista da lógica dominante — afinal, foi integrado à produção energética nacional. No entanto, esse uso ocorre em detrimento de outros, revelando a natureza conflitiva e seletiva do

processo de territorialização. Como destacam Santos e Silveira (2001), muitas vezes o que se apresenta como “progresso” implica apagamentos, perdas e desigualdades, sobretudo para os grupos historicamente marginalizados.

Fuini (2018), ao revisar a produção brasileira sobre o conceito de território, aponta para a ampliação do entendimento do território como algo que vai além da sua dimensão física e política, passando a incluir territorialidades plurais, que envolvem práticas, sentidos e escalas distintas. Assim, os territórios alagados não deixam de ser territórios — mas se transformam em espaços de ausência imposta e, ao mesmo tempo, de memória e reivindicação por parte de quem os perdeu.

Nesse sentido, Moraes (2002) ressalta o papel central do Estado na conformação do território, agindo como agente definidor de usos legítimos e viáveis. A construção de barragens, nesse contexto, é uma decisão estatal de reorganização territorial que privilegia setores — como o industrial e o urbano —, enquanto outros são expulsos, silenciados ou negligenciados.

A leitura de Fernandes (1998) aprofunda essa compreensão ao destacar que o território é condição de existência dos sujeitos sociais. Quando esses sujeitos — como camponeses, pescadores ou ribeirinhos — perdem seu território, perdem também parte de sua identidade, suas práticas e seus modos de vida. A luta desses grupos, como as travadas por atingidos por barragens, expressa uma territorialidade insurgente, na qual o território perdido torna-se símbolo de resistência e de reivindicação.

A construção da Usina Hidrelétrica de São Simão marcou uma ruptura decisiva na formação territorial do município, ao impor uma escolha política e técnica que desconsiderou os usos sociais, simbólicos e comunitários do território. O alagamento de 722 km² provocou o deslocamento da sede urbana e a submersão de paisagens de valor afetivo e cultural, como o Canal de São Simão, o rio Paranaíba e a ilha da Torrinha, rompendo práticas cotidianas e vínculos identitários.

De acordo com Floriano (2000), o Canal de São Simão, com suas piscinas naturais escavadas no basalto, era um espaço de encontro entre moradores e visitantes. A rasura do rio Paranaíba, com profundidade inferior a um metro, abrigava rica fauna aquática e formava piscinas utilizadas pela população regional. Já a ilha da Torrinha, com seus paredões e praias fluviais, era ponto de lazer popular em períodos de vazante. A submersão dessas áreas exemplifica a imposição de uma lógica de uso hegemônica — a da produção energética — sobre usos tradicionais, configurando um processo de *não uso forçado* para a população local.

Paradoxalmente, o território alagado passou a ser considerado como “usado” sob a ótica da lógica dominante — isto é, como parte integrante do sistema nacional de produção energética. No entanto, esse novo uso não reconhece os valores simbólicos e as territorialidades anteriores, revelando a seletividade e os conflitos inerentes ao processo de territorialização.

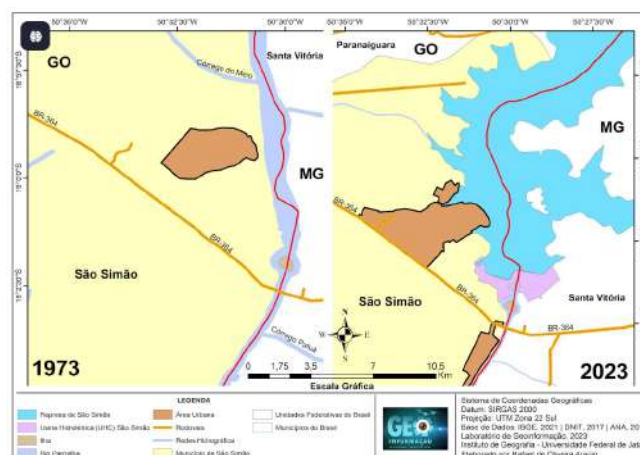


Figura 2 – Deslocamento da sede urbana de São Simão (GO) (1973–2023).

Fonte: Elaborado por Rafael de Oliveira Araújo, 2023.

A produção cartográfica (Figura 2) evidencia a transformação espacial do município entre os anos de 1973 e 2023. O mapa comparativo ilustra o deslocamento da sede urbana e a extensão do lago artificial, sinalizando a perda de áreas historicamente ocupadas e utilizadas. Tal visualização reforça o apagamento das paisagens naturais e sociais anteriormente existentes, que, embora invisibilizadas pelo alagamento, permanecem vivas na memória dos habitantes e nos relatos transmitidos entre gerações.

Além disso, segundo Santos (2018), o poder público municipal tem atuado como agente de promoção de uma nova imagem territorial, centrada no turismo e em eventos festivos. Investimentos em festas gastronômicas, carnavais sertanejos e festivais fluviais constroem uma paisagem turística que, embora economicamente atrativa, oculta as perdas históricas de parte da população. A nova territorialidade construída reforça o processo de ressignificação do espaço, agora funcionalizado para o lazer e o consumo, mas desconectado das práticas e memórias coletivas originárias.

Ao considerar os aportes de Fernandes (1998) e Moraes (2002), compreende-se que a perda do território não se limita ao espaço físico: ela representa também a perda de identidade, de modos de vida e de pertencimento. A luta dos atingidos por barragens, nesse sentido, expressa uma territorialidade insurgente que resiste à invisibilização, buscando reparação, reconhecimento e justiça social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. O. *Mapa de Localização do município de São Simão - GO*. Jataí: Lab. de Geoinformação, IG/UFJ, 2023. 1 mapa.
- BRASILIANA, São Simão, Adeus. Dir.: Mario Kupperman. SescTV, 1977. 28 min. Disponível em: <https://sesctv.org.br/programas-e-series/brasilianas/>. Acesso em: 3 abr. 2025.
- CHAVEIRO, E. F. Por uma leitura territorial do Cerrado. *Élisée - Rev. Geo. UEG*, Anápolis, v. 9, n. 2, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10861>. Acesso em: 3 abr. 2025.
- FERNANDES, B. M. Entrevista: a luta pela terra. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 121-131, jun. 1998.
- FLORIANO, J. A. S. *Cessou o canto das águas: história da cidade de São Simão*. Goiânia: Jasf, 2000.
- FUINI, L. L. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira. *GEOgraphia*, Niterói, v. 20, n. 42, p. 38-52, 23 maio 2018.
- MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SANTOS, J. C. Práticas iniciais de lazer e turismo em São Simão (GO). *Élisée - Rev. Geo. UEG*, Anápolis, v. 6, n. 2, p. 175-187, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6679>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SÃO SIMÃO (GO). *Fotos históricas de São Simão*. [s.d.]. Disponível em: <https://saosimaogo.com.br/fotos-historicas/>. Acesso em: 8 abr. 2025.
- SPIC BRASIL. *UHE São Simão*. 2024. Disponível em: <https://www.spicbrasil.com.br/uhe-sao-simao/>. Acesso em: 10 abr. 2025.